

# \\ Entrevista



Implantação da curricularização no IFNMG. Fonte: divulgação IFNMG (2019)

# Extensão no currículo: IFRS prepara-se para essa transformação nos cursos de graduação

## Entrevista

Carine Simas e Joana Paloschi



**Lucas Coradini**

Pró-reitor de Ensino do IFRS

*“Nosso ensino, pesquisa e extensão devem estar a serviço das demandas da sociedade, e a extensão é o caminho para essa integração”*

*Lucas Coradini, pró-reitor de Ensino do IFRS*

**P**romover a interação transformadora e uma democratização de saberes entre os estudantes e a sociedade, num processo de comunicação dialógica e cidadã. Conforme a Resolução 007/2018 do Ministério da Educação, esses são os principais objetivos da Curricularização da Extensão na Educação Superior Brasileira, que interage com a matriz curricular dos cursos e deve estar em interação permanente com o ensino e a pesquisa.

De acordo com o documento, as atividades de extensão devem integrar, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular dos cursos de graduação, a fim de proporcionar uma troca de

conhecimento entre a comunidade acadêmica e a sociedade, estimulando a formação integral, o espírito crítico e responsável dos discentes, assim como a transformação da instituição de ensino e dos grupos sociais envolvidos.

Com base no que já preconiza a missão dos Institutos Federais e a Resolução 007/2018, todos estão implantando a curricularização da extensão, tendo como prazo final para isso o ano de 2021. O IFRS também está estudando formas de inserir a extensão nos currículos dos seus cursos. Em entrevista para a Viver IFRS, o pró-reitor de Ensino da instituição, Lucas Coradini, conta como está esse processo.

**Revista Viver IFRS** - Como está e quando começou o processo de definição e planejamento para a implementação da curricularização da extensão no IFRS?

**Pró-reitor de Ensino do IFRS, Lucas Coradini** - A curricularização da extensão é um tema que se faz presente no debate educacional em nível nacional desde que foi elencada como meta no Plano Nacional de Educação (PNE) e regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018. Na rede federal de educação profissional, o tema tem sido amplamente debatido pelo Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE), Fórum dos Pró-reitores de Extensão (Forproex) e pelo Conif (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica), que elaboraram um conjunto de diretrizes para a rede, visando à implementação e efetivação da política. No IFRS, foi criado um grupo de trabalho no ano de 2020, reunindo servidores que atuam no Ensino e na Extensão, que buscará regulamentar a curricularização da Extensão na instituição, o que levará a uma adaptação dos projetos pedagógicos dos cursos nos próximos anos e ao desenvolvimento de uma série de novas ações extensionistas.

**Revista Viver IFRS** - Há uma perspectiva sobre qual formato será adotado? Pode explicar um pouco a respeito?

**Lucas Coradini** - As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, os quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos. É o que prevê a Resolução nº 07/2018 de CNE (Conselho Nacional de Educação). Mas, no IFRS, pretendemos ir além e estender esta política para todos os níveis e modalidades de cursos, por entendermos que a Extensão é uma dimensão de suma importância para o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e para a formação dos nossos estudantes. Nos projetos pedagógicos dos cursos, essas ações de extensão vão se traduzir em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos, prestações de serviços e vivências que serão realizadas pelos estudantes junto à comunidade externa.

**Revista Viver IFRS** - Qual é o papel dos setores de Ensino e de Extensão nesse processo? A Pesquisa tem algum envolvimento também?

**Lucas Coradini** - Os setores de Ensino e Extensão já estão empenhados neste momento em pensar a normatização dessas atividades no IFRS e serão os responsáveis por implementar esta nova política em cada unidade. Por isso, o grupo de trabalho que trata do tema é composto por membros do Comitê de Ensino (Coen), Comitê de Extensão (Coex), além de servidores das duas pró-reitorias envolvidas. Neste momento, a Pesquisa não participa do processo, porque há um entendimento que se trata de uma dimensão já “curricularizada” em nossos cursos, fazendo-se presente por meio de inúmeros componentes voltados à metodologia de pesquisa, iniciação científica, desenvolvimento de projetos, além dos trabalhos de conclusão de curso, que, em regra, exigem um processo de pesquisa. Mas, obviamente, toda regulamentação sobre curricularização da Extensão deverá observar necessariamente o princípio da indissociabilidade.

**Revista Viver IFRS** - Ainda percebe-se muitas dúvidas na comunidade acadêmica sobre o que é extensão. Isso pode prejudicar a curricularização? Há alguma proposta para auxiliar a resolver essa questão?

**Lucas Coradini** - Tão logo tenhamos uma proposta mais consolidada de curricularização da Extensão para o IFRS, será necessário um processo de sensibilização e mobilização da comunidade para sua implementação. Isso requer a abordagem do tema em espaços formativos. É muito importante que o assunto da curricularização penetre as reuniões pedagógicas e setoriais em cada *campus*, e que envolva principalmente os estudantes, que terão seus currículos impactados. Por isso, devemos realizar uma série de eventos formativos que elucidarão o tema para toda a comunidade.

Há muitas dúvidas sobre o tema, que partem desde a compreensão de “o que é Extensão”, até a forma de abordá-la nos currículos. Isso demonstra como é uma dimensão por vezes negligenciada. Há estudantes e servidores que nunca se envolveram em uma atividade extensionista. Então, há um desafio formativo, em primeiro lugar, de colocar a Extensão na ordem do dia e compreendê-la em profundidade.

Costumo dizer que, pela natureza dos institutos federais, que nasceram para interagir com os arranjos sociais, culturais e produtivos locais, a Extensão é o canal de comunicação com a comunidade e o meio pelo qual recebemos suas demandas, e por isso deveria pautar tanto a pesquisa quanto o ensino. Nosso ensino, pesquisa e extensão devem estar a serviço das demandas da sociedade, e a extensão é o caminho para essa integração, para conhecermos as realidades locais e direcionarmos as nossas práticas.

**Revista Viver IFRS** - Há algo hoje já desenvolvido no IFRS que esteja de acordo com a curricularização da extensão que se imagina adotar e o qual poderá ser aproveitado?

**Lucas Coradini** - Absolutamente tudo que fazemos poderá ser aproveitado. Temos uma trajetória muito rica de práticas extensionistas, com programas, projetos e ações muito qualificados, que serão fundamentais para inspirar e orientar as novas ações que serão desenvolvidas. Mas certamente teremos uma questão de amplitude como desafio, pois as práticas extensionista deverão adquirir maior abrangência, envolver mais servidores e estudantes, ao adentrar nos currículos.

**Revista Viver IFRS** - O que se imagina como resultados na formação do estudante do IFRS a partir da curricularização da extensão? E na atuação dos docentes? E para a comunidade?

**Lucas Coradini** - A experiência extensionista será fundamental para a formação dos nossos estudantes. Ela que permite a conexão entre os saberes formais, acadêmicos, e os saberes tradicionais e populares. Esse é um caminho de mão dupla e não hierarquizado, em que os saberes acadêmicos, que contribuem para o desenvolvimento das comunidades, são até elas levados, mas, ao mesmo tempo, a instituição se retroalimenta dos saberes populares e tradicionais, recebendo “inputs” essenciais para direcionarmos nossas práticas enquanto instituição pública. Ganham os estudantes, pelo contato com realidades distintas e ampliação do seu conhecimento sobre a diversidade social, cultural e produtiva, e ganham as comunidades, que, em uma relação estreita com os produtos gerados pela ciência e tecnologia, poderão ter a sua vida melhorada.

**Revista Viver IFRS** - A respeito do fomento para as ações curricularizadas, já há alguma definição?

**Lucas Coradini** - Já possuímos ações de fomento a ensino, pesquisa e extensão bem constituídas no IFRS, com previsão orçamentária estabelecida em regimentos internos, o que se reflete em diversos editais anuais de fomento a projetos. Na atual conjuntura econômica e política que o país vive, nosso desafio é a manutenção das atuais políticas de fomento e do orçamento da instituição.

## IFNMG: a trajetória de um pioneiro



**Maria Araci Magalhães**  
Pró-reitora de Extensão  
do IFNMG



**Ricardo M. Dias Cardozo**  
Pró-reitor de Ensino  
do IFNMG

*“A curricularização da extensão propõe abrimos o quadrado da sala de aula para ambientes mais produtivos e criativos”*

*Maria Araci Magalhães, pró-reitora de Extensão do IFNMG*

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) foi um dos pioneiros na Rede Federal a definir o seu modelo de curricularização na extensão. As reflexões tiveram início no ano de 2017. Como o tema e o caminho a ser seguido eram novidades, vem sendo um processo de desafios e aprendizados, que está servindo de modelo e referência para outras instituições. Para começar essa caminhada, o IFNMG escolheu como primeiro passo o que a pró-reitora de Extensão, Maria Araci Magalhães, chama de “formação dos pares”, voltada às equipes das pró-reitorias de Extensão, Ensino e Pesquisa da instituição. O objetivo foi auxiliar os servidores que atuarão na base do processo a “assimilar a temática e entender a importância” do que estava por vir.

O trajeto seguiu com a apresentação da proposta para o Colégio de Dirigentes e a formação de uma comissão institucional para conduzir os trabalhos de curricularização da extensão no IFNMG, a qual teve liderança das três pró-reitorias citadas. E foi essa comissão que organizou uma rodada de diálogos com estudantes e servidores de todos os *campi*. Nesses momentos, a troca de

ideias, as dúvidas e sugestões levantadas constituíram-se em oportunidade para enriquecer as reflexões e embasar um documento que estava em construção: o regulamento da curricularização da extensão. Por fim, esse material foi ainda submetido a contribuições da comunidade acadêmica e levado às instâncias decisoras e órgãos colegiados, sendo aprovado no ano de 2019.

A pró-reitora Araci explica que os diálogos realizados durante a construção do regulamento buscaram estimular a convicção de que essa nova etapa da extensão fará diferença para a instituição e para a comunidade, além de atender à política de criação dos IFs. “A curricularização da extensão vem suprir uma lacuna no processo educacional brasileiro, pois temos muito bem a formação do estudante, que é o ensino; temos a produção do conhecimento, que é a pesquisa; mas quando chega na interação dialógica com a comunidade, que é o momento de o aluno associar a base teórica no mundo do trabalho, fica essa lacuna”, observa, complementando: “A curricularização da extensão propõe abrimos o quadrado da sala de aula para ambientes mais produtivos e criativos”.

## Desafios do processo

O convencimento da comunidade acadêmica foi um dos principais desafios do percurso, avalia o pró-reitor de Ensino, Ricardo Magalhães Dias Cardozo. O IFNMG optou por não trabalhar com disciplinas de extensão, mas com Unidades Curriculares de Extensão (UCEs). Essas funcionam como projetos integradores, abrangendo programas e projetos de extensão que devem representar 10% da carga horária dos cursos de graduação, conforme determinado na lei. “É preciso colocar muito claramente que a ideia não é aumentar 10% da carga horária, mas pensar de que maneira a carga horária abre espaço para a extensão. E se dissermos que não tem espaço em um curso para interação com a comunidade, acabamos até fugindo da missão dos Institutos Federais”, aponta. Na avaliação dos pró-reitores, o desafio foi cumprido com sucesso.

Outro obstáculo a ser vencido é o financiamento. “O ensino você consegue fazer somente com o professor e a metodologia. Na extensão, você precisa de equipamentos, materiais, transporte...”, observa o professor Ricardo. Para garantir esses recursos, foi acordado que o valor destinado à Extensão do IFNMG na Matriz Conif será aplicado prioritariamente nos projetos curricularizados. “E sabemos que nosso material humano é tão rico que se a gente trabalhar bem, as parcerias vão nos ajudar muito, porque as prefeituras, a iniciativa privada e as organizações do terceiro setor querem a parceria”, complementa o pró-reitor.

E o ano de 2020 trouxe um desafio adicional. As atividades de extensão curricularizadas teriam início no primeiro semestre em alguns cursos da instituição. No entanto, a pandemia do novo coronavírus (Covid-19) levou à suspensão do calendário acadêmico. Assim, como não foi possível ainda colocar em prática, o IFNMG aproveita para reformular os Projetos Pedagógicos (PPCs) dos cursos, com a meta de chegar ao final do ano tendo todos com a proposta de curricularização inclusa.

## PPC preparado

Um dos primeiros cursos do IFNMG a ter a curricularização da extensão inserida foi a Engenharia Elétrica do *Campus* Montes Claros. De acordo com o coordenador do curso, professor Douglas Ângelo Teixeira, do 4º ao 9º semestre, os discentes desenvolverão projetos de extensão voltados à comunidade ou ao setor produtivo, em um ou dois semestres consecutivos; ofertarão um curso, que será ministrado pelos estudantes e inicialmente será sobre sistemas fotovoltaicos (uma demanda da região); e farão todo o processo para a realização de um evento, o que contempla desde a fase inicial de organização até a execução.

Essa definição foi resultado de discussões no colegiado do curso, para ajustes no PPC, com o levantamento de disciplinas que poderiam ter carga horária reduzida ou mesmo serem alteradas. Com isso, conseguiram reduzir 405 horas das disciplinas e acrescentar 380 horas de UCEs. “Percebemos que foi possível tornar o PPC mais enxuto e acrescentar atividades que possibilitarão maior envolvimento dos discentes com a comunidade externa ao *Campus*”, destaca o coordenador.

A prática da curricularização da extensão começaria a ocorrer no primeiro semestre de 2020, quando os ingressantes da primeira turma da Engenharia Elétrica (2018) estariam no 5º semestre. Entretanto, devido à suspensão do calendário acadêmico por razão da pandemia, foi necessário interromper o processo. A proposta iniciaria com um projeto a partir da identificação de uma demanda da empresa Coteminas e o objetivo seria desenvolver algumas melhorias tecnológicas.